

O ACONTECIMENTO DA/NA CULTURA DIGITAL: OS VINTE ANOS DO PROGRAMA CULTURA VIVA E OS EFEITOS DE SENTIDO

Paula Daniele Pavan¹

RESUMO

Este texto, breve recorte de minha tese de doutorado², busca trabalhar o acontecimento da/na cultura digital através da instituição do Programa Cultura Viva no Ministério da Cultura na gestão de Gilberto Gil. Para tal, sustentada nos pressupostos da Análise Materialista do Discurso, apresento a divisão de sentidos que marca o acontecimento enunciativo da/na cultura na gestão de Gil.

*

Pela ótica da Análise do Discurso (AD), o acontecimento (Pêcheux, 2008) articula-se com a movimentação na rede dos sentidos através de um processo de ressignificação. Assim, sentidos antes impossíveis passam a ser ditos e a circular, mas esse processo não é pacífico, já dado, ou da ordem da obviedade, pois o discurso é desde sempre lugar de tensão e contradição.

Quando se trata da cultura, enunciada pelo discurso governamental, temos um processo que envolve tomadas de posição e a ocupação de um lugar no interior do que Escobar (1979, p. 187) chama de Aparelho Ideológico Cultural: “A ‘cultura’ é um bem mais que uma noção, ela é, na verdade, um aparelho cultural que disciplina ‘bens culturais’ diversificados em discursos e práticas culturais [...]”. Ou seja, os sentidos para/de cultura não estão dados e nem evidentes, ao contrário, há sempre tomadas de posição, de interpretações sobre a cultura.

Então, o governo, ao ocupar um lugar no Aparelho Ideológico Cultural, atua determinando quais práticas são e/ou passam (ou não) a ser

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. Doutora e Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Atua como pesquisadora no Grupo de Estudos Pêcheuxianos (UNIPAMPA) e no grupo Discurso, arquivo, autoria e questões de gênero (UFRGS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9882497357887122>

² Tese intitulada “A cultura digital como acontecimento: movimentos na rede dos sentidos”, orientada pela Profa. Dra. Solange Mittmann, defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

reconhecidas oficialmente como cultura, o que afeta o modo como são formuladas e discursivizadas as políticas público-culturais, com as quais haverá modos de identificação.

Nesse contexto, o Programa Cultura Viva (PCV) surge, há vinte anos, como uma forma de abarcar não apenas manifestações culturais provenientes dos círculos eruditos, já consagrados, e da classe dominante, mas também manifestações e práticas oriundas de movimentos sociais, de grupos e coletivos culturais, os quais ocupam espaços marginais na formação social contemporânea. E o faz através de diferentes iniciativas e ações materializadas nos *Pontos de Cultura*, *Pontões de Cultura*, *Ação Cultura Digital*, *Pontos de Cultura Digital* etc.

Então, para observar o modo como isso ocorre no discurso governamental, trago recortes de análise, resultado de uma varredura no arquivo de textos “pertinentes e disponíveis” (Pêcheux, 2010), sobre o PCV e que foram agrupados porque materializam um funcionamento linguístico-discursivo que permite observar os traços do deslizamento, conforme afirma Pêcheux (2009). Esses traços, marcas da falha no ritual, aqui se configuram como vestígios do acontecimento. Trata-se de enunciados divididos (Courtine, 2009)³, que se constituem enquanto um observatório da tensão, da contradição, da divisão dos sentidos e, nesta abordagem, do acontecimento enunciativo (Indursky, 1997, 2003, 2008)⁴.

Ao prestarmos atenção nos recortes (R) a seguir, é possível observar que os enunciados divididos encaminham a considerar não a total rejeição de uma outra visão sobre a cultura, mas na existência de um acréscimo, de um complemento àquelas ideias anteriormente seguidas, materializando um acontecimento enunciativo, isto é, o surgimento do que chamamos *posição-sujeito progressista* no âmbito da *Formação Discursiva Governamental* (FD-Governamental)⁵.

3 Courtine (2009, p. 191) propõe o conceito ao observar que, em uma mesma materialidade linguística, linearizada no fio do dizer, podem coexistir enunciados pertencentes a formações discursivas antagônicas, fazendo com que saberes de domínios incompatíveis possam aparecer juntos no fio do dizer, não havendo possibilidade de substituição dos elementos do texto, isto é, “a não comutabilidade dos elementos em posição X e Y”.

4 Indursky aborda as relações de contradição existentes dentro de um mesmo campo de saberes. Assim, passamos a uma relação de diferença e divergência entre posições-sujeito no interior da mesma formação discursiva. Essa ótica é desenvolvida por Indursky (1997, p. 229) ao ocupar-se da negação interna, que “trabalha sobre as diferenças subjetivas de um mesmo domínio de saber” (grifos da autora), a qual incide na FD de três modos: coerência interna através da formação e da reprodução, isto é, da aceitabilidade dos dizeres; reformulação e diferença, trazendo a ambiguidade e a contradição; e, por fim, a possibilidade da transformação (ibid., p. 234). E é pela via da transformação que o acontecimento, discursivo e/ou enunciativo, vem se estabelecer.

5 As formações discursivas atuam regulando “o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 2009, p. 147) e também “o que não pode/não deve ser dito” (Courtine, 2009, p. 99), num jogo entre a aceitabilidade e a exclusão. E as posições-sujeito resultam de “relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciativo e o sujeito do saber de uma dada FD” (Courtine, 2009, p. 88). Ou seja, todo dizer é sempre regulado por formações discursivas e posições-sujeito que o enunciativo assume ao tomar a palavra.

R1 – Falo aqui da cultura não apenas como o conjunto das expressões artísticas, mas como todo patrimônio material e simbólico das sociedades, grupos sociais e indivíduos, e suas múltiplas expressões; da cultura como simbologia, como cidadania e como economia. E a cultura digital potencializa tudo isso, apontando para um grau de desenvolvimento inédito para a humanidade. (Gilberto Gil, Aula Magna Cultura Digital e Desenvolvimento, 10 de agosto de 2004. In: Compêndio da Ação Cultural Digital, 2009)

Nesse recorte, materializa-se a necessidade de complementação acerca dos sentidos para cultura através do seguinte confronto: Cultura não apenas como X ... Cultura (também) como Y. A negação, marcada através do “não” e do significante “apenas” em “a cultura não apenas”, aponta a insuficiência de sentidos, presente em X, para a cultura. Já em Y, materializa-se o alargamento da noção para abarcar a universalidade de práticas sociais, sentidos com os quais o sujeito enunciador do discurso institucional se identifica.

Esse alargamento da noção de cultura é uma marca da gestão de Gil no Ministério da Cultura (MinC). Nunca antes na história do Ministério (Rubim, 2008), houve tanta ênfase na cultura pelo seu viés antropológico, pela necessidade de ampliar a cultura (seus sentidos e suas práticas) aos confins do Brasil, não a restringindo, por exemplo, ao eixo Rio-São Paulo. Assim, os sentidos negados e insuficientes são anteriores e provenientes de uma *posição-sujeito conservadora*, sentidos que precisam ser refutados pelo sujeito enunciador, pois as relações com a ideologia são outras.

A negação configura-se, assim, como uma forma de desqualificar o discurso anterior sobre cultura, e a afirmação ocorre no intuito de redirecionar esses sentidos precedentes. A *posição-sujeito progressista* precisa, assim, rejeitar os saberes da *posição-sujeito conservadora* para se estabelecer. Quer dizer, a nova posição precisa acionar os saberes da outra posição para então negá-los, deslegitimá-los e, após, operar no redirecionamento para os saberes que convêm ser ditos. Vejamos o próximo recorte:

R2 – A cultura não pode ficar restrita a quem pode pagar um teatro, a quem pode pagar um cinema... a cultura tem que ser um bem que seja acessível a toda e qualquer pessoa independentemente da origem social (Luiz Inácio Lula da Silva. Remixofagia – Alegorias de uma revolução, 2011)

No recorte 2, apresenta-se o seguinte enfrentamento: Cultura não pode ser X ... Cultura tem que ser Y. Diferentemente do recorte 1, nessa

formulação não há um significante indicativo de exclusão (apenas, só, unicamente etc.) que materialize a insuficiência da visão negada pelo sujeito enunciador, o que intensifica (porém, não antagoniza) o confronto entre uma visão restritiva de cultura (ligada ao pagamento e, portanto, articulada ao mercado) e uma outra ótica com a qual o sujeito enunciador se identifica, que a desvincula do pagamento, tornando-a acessível. Ou seja, de um lado, a ênfase no caráter econômico através da vinculação entre cultura e mercado; de outro, a ênfase no caráter social por meio da articulação entre cultura e acesso.

Essa relação de conflito faz ressoar os sentidos consolidados para cultura durante a gestão de Francisco Weffort no MinC, no mandato de Fernando Henrique Cardoso. Isso na medida em que a cultura, durante essa gestão, foi significada como “um bom negócio” (Rubim, 2008), isto é, geradora de lucro, de mais-valia, portanto, restrita àqueles que tinham condições financeiras para pagar. Já na gestão de Gil no governo Lula, a cultura não deixou de ser um “bom negócio”, como afirmou Gil no II Fórum de Cultura e Cidadania Corporativa (2006), mas passou a ser “um bom negócio para todos”. Essa reformulação, que pressupõe uma visão social democrática e não apenas neoliberal, acaba ressoando nesse recorte, tornando-se marca de que ali ocorreu uma agitação nas fileiras dos sentidos.

Essa agitação assinala a entrada de sentidos e saberes antes impossíveis de ali serem ditos e que estão em constante tensão com os sentidos já estabilizados na FD-Governamental. Sentidos e saberes provenientes, por exemplo, do discurso dos movimentos sociais e da cultura livre, que passam a ganhar visibilidade. Isso na medida em que o discurso dos movimentos sociais materializa a luta de grupos sociais por seus direitos culturais, direito de ter acesso a diferentes manifestações culturais, direito de produzir cultura e de ter essa produção reconhecida; e os defensores da cultura livre atuam no sentido de desvincular a cultura de seu caráter proprietário e mercadológico, exclusiva de alguns poucos sujeitos, indo de encontro às bases capitalistas.

E ainda, conforme o recorte 1, a cultura digital é significada como potencializadora da amplitude dessa cultura, da possibilidade de abarcar o “todo” e as “múltiplas expressões”, mobilizando os sentidos do discurso

da informatização, da possibilidade de ocupar lugares no ciberespaço e fazer desses lugares, lugares de produção de cultura.

O jogo de forças que se materializa entre essas duas concepções de cultura deixa entrever o modo como ela reflete o estado da luta de classes no seio da formação social contemporânea em rede. E ainda os diferentes modos como o MinC pode atuar no interior do AIE-Cultural, dependendo das condições econômicas, sócio-históricas e ideológicas em vigência.

Cuche (1999, p. 143), ao tratar sobre a ligação entre as hierarquias sociais e as hierarquias culturais, nos ajuda a entender esse funcionamento ao afirmar que as culturas “nascem das relações sociais que são sempre desiguais. Desde o início, existe então uma hierarquia de fato entre as culturas que resulta da hierarquia social”. Já Chauí (1986, p. 14) divide essa hierarquização em sentido amplo e sentido restrito de cultura: sob a perspectiva ampla, a cultura “é o campo simbólico e material das atividades humanas”; já sob a ótica restrita, a cultura articula-se “à divisão social do trabalho” e vincula-se “com a posse de conhecimentos, habilidades e gostos específicos, com privilégios de classe”, levando à “distinção entre cultos e incultos de onde partirá a diferença entre a cultura erudita-letrada e a cultura popular”.

Em ambos os recortes, observamos que o sentido negado e interpretado como insuficiente é o sentido restritivo de cultura. Assim, podemos observar que a restrição é tomada como a causa da exclusão cultural, tanto no âmbito simbólico (quando se considera como cultura apenas as expressões artísticas) quanto no econômico (quando se considera o acesso pela via do pagamento). Materializando-se, portanto, o confronto entre a *posição-sujeito conservadora*, que prevê a manutenção do modo como a cultura é significada e da maneira como é acessada pelos sujeitos e, portanto, das relações de produção; e a *posição-sujeito progressista*, que busca transformar o modo como os sujeitos adentram na ordem cultural, apontando para a possibilidade de transformar as relações de produção. Não podemos esquecer, entretanto, as contradições e a opacidade presentes nas formulações e que também aparecem pelo deslizamento de sentidos.

No recorte 1, a amplitude do conceito pode desembocar em uma tentativa tanto de suprimir o caráter conflituoso que a cultura encerra, quanto de produzir uma (ilusão de) completude que a cultura não comporta.

Então, a amplitude também pode gerar efeitos de homogeneidade cultural, como se não houvesse conflito e nem sobreposição de sentidos no seio de uma cultura. Para isso entender, podemos nos valer do que diz Chartier (1995, p. 184) quando discute sobre os conflitos engendrados nas práticas culturais: “tanto os bens simbólicos como as práticas culturais continuam sendo objeto de lutas sociais onde estão em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração (ou, ao contrário, sua desqualificação)”.

Entretanto, há de se considerar também que esse alargamento da cultura faz parte de uma ilusão necessária baseada numa utopia (não-lugar, do grego *óu* (não) e *topos* (lugar)). Título da obra de Thomas More (2013), a utopia é significada como um lugar ideal, onde direitos e deveres são iguais para todos e onde reina a felicidade plena. Parafraseando More, na República da Utopia, os benefícios e a riqueza nacional são distribuídos de forma indistinta entre todas as classes, fazendo com que cada um goze igual e abundantemente de todas as comodidades da vida. Desde essa ótica, torna-se possível presumir que, ao existir, a utopia pode levar a transformações na conjuntura histórico-social, pois atua nutrindo a esperança de um devir diferente do vivido e, assim, sustenta ações que as visem em diferentes ordens, inclusive na da cultura.

E seguindo com o levantamento das contradições, no recorte 2, embora se linearize a necessidade de desfazer a restrição econômica no acesso à cultura, tornando-a acessível a todo e qualquer sujeito, há a significação da cultura como “teatro” e “cinema” – manifestações culturais consagradas nos meios eruditos ligados à ideologia da classe dominante –, enquanto tantas outras manifestações culturais (como, por exemplo, as festas populares, danças e rituais das classes dominadas) são suprimidas. Além disso, não se pode esquecer que, quando se enuncia que a cultura deve ser “acessada”, pressupõe-se a divisão social do trabalho com a cultura, porque acessamos aquilo que outros produzem, o acesso à cultura torna-se, assim, um enunciado perverso, pois traz junto de si a separação entre aqueles que produzem e aqueles que acessam – quando, pela ótica antropológica e discursiva, todos os sujeitos podem produzir cultura, ocupando um lugar de interpretação e produção de sentidos.

Essas contradições se processam no interior mesmo da *posição-sujeito progressista*, pois, embora ela emergja carregando o novo e os sentidos que eram exteriores à FD-Governamental, há nela ainda os

resquícios da ideologia neoliberal e da *posição-sujeito conservadora*, haja vista que não há um rompimento na FD-Governamental, mas um distanciamento, uma dissidência. Ou seja, a *posição-sujeito progressista* também atua na regulação da ordem da cultura e da divisão e luta de classes que nela se processa, porém, de forma diversa da *posição-sujeito conservadora*. E, além disso, conforme afirma Indursky (1997, p. 243), “um discurso que se relaciona com o outro através da negação, recalçando-o constantemente, acaba por ser dominado pelo outro”, pois o outro acaba por determinar “o que deve/pode ser dito, o que deve ser antecipado, o que pode, mas convém ser silenciado, bem como o que deve ser refutado”.

Nesse sentido, a *posição-sujeito progressista* surge já na defensiva, demonstrando como a *posição-sujeito conservadora* está lhe afetando constitutivamente. Vejamos outro recorte:

R3 – [...] a internet e as novas mídias não é só infraestrutura disponível, ela gera também modificação da noção de tempo espaço e a possibilidade de uma nova cultura (Juca Ferreira, *Remixofagia – Alegorias de uma revolução*, 2011)

A relação de oposição entre X e Y, parafraseada como Internet não é só X ... é também Y, indica a significação da internet como um espaço capaz de produzir rupturas e modificações – de gerar uma nova cultura.

Para Castells (2003, p. 7), atualmente, a internet “é o tecido de nossas vidas”, o qual se forma através das redes, definidas como “um conjunto de nós interconectados”. A internet pensada nessa perspectiva deixa de ser apenas uma ferramenta, pois se incorpora às relações sociais – em conformidade com o recorte 3. Assim, torna-se possível falar de uma sociedade em rede, onde as atividades “econômicas, sociais, políticas, e culturais essenciais por todo o planeta” estruturam-se pela e em torno da internet (*ibid.*, p. 8). Já sob a ótica discursiva, a desestruturação desencadeada pela internet está relacionada à produção e à circulação de discursos. São esses sentidos – de transformação da formação social – sobre internet que atravessam o dizer do sujeito enunciador do discurso institucional, sustentando o surgimento dessa “nova cultura”, a cultura digital.

Esses sentidos são introduzidos na FD-Governamental pela *posição-sujeito progressista*, sentidos constituídos e já-ditos no discurso da informatização e que, ao adentrarem as fronteiras da FD-Governamental,

através do acontecimento enunciativo, são ressignificados. Isso porque estão submetidos a outras relações com a ideologia, não mais com a ideologia neoliberal, mas com a social democrática. Assim, por um lado (em X), há uma visão reducionista da internet, tomada como ferramenta; e, por outro (em Y), uma ótica que a significa a partir das transformações que ela pode desencadear.

O sentido linearizado em X indica, assim, que, a partir da posição ocupada pelo sujeito enunciador, a internet estava direcionada à classe dominante, àqueles que podiam pagar por essa infraestrutura, e às já consagradas práticas e manifestações culturais, não havendo espaço para essa nova cultura, que se lineariza em Y. A mudança na formação social afeta, portanto, as discursividades, trazendo a possibilidade de produção de novos sentidos. No entanto, dizer que a internet promove uma nova cultura não garante que realmente haverá uma transformação das relações de produção, pois nessa nova cultura tem de haver também tomadas de posição que não caiam na repetição do mesmo.

É preciso que ocorra o que o próximo recorte delinea:

R4 - Eu tenho certeza que os Pontos de Cultura, essa rede deve ser ampliada... são mais de 4 mil Pontos de Cultura espalhados por 1200 municípios... são uma das formas mais eficazes de inclusão digital cultural e social... e os membros dessas comunidades não são apenas consumidores, eles passam a ser protagonistas, sujeitos do processo, produtores do processo (Dilma Rousseff, Remixofagia – Alegorias de uma revolução, 2011)

No recorte 4, há uma perspectiva sobre os sujeitos da cultura digital, sobre os membros das comunidades participantes dos Pontos de Cultura. Assim, a relação de divergência entre as posições *conservadora* e *progressista* pode ser observada pelas seguintes estruturas: Membros das Comunidades não são apenas X ... eles passam a ser também Y e Membros das Comunidades não são apenas X ... mas também Y.

Por essa ótica, é possível observar que os dizeres do sujeito enunciador rebatem um dizer de outro lugar, em que os membros das comunidades são tomados como “consumidores”, a negação é uma marca de que em outro lugar existe um dizer afirmativo. Ou seja, rebatem um dizer aceito na *posição-sujeito conservadora* que, afetada e constituída pela ideologia neoliberal, transforma tudo em mercadoria e todos em consumidores – é a lógica do mercado, lógica do capital, do desenvolvimento econômico à

revelia do social. Dizer aceito em uma posição e insuficiente em outra, haja vista que o sentido de “consumidor” é desqualificado pela *posição-sujeito progressista*.

Então, a partir dessa posição-sujeito, os sujeitos da cultura digital são significados como protagonistas, produtores, sujeitos do processo, efeitos da ideologia social democrática na FD-Governamental, a partir da qual se preconiza a ótica do bem-estar social e da oferta de oportunidades iguais para todos, o que enfraquece o caráter mercadológico, que não cessa de se atravessar nas práticas sociais e culturais.

Quanto às contradições suprimidas nesses funcionamentos em análise, entendo que se relacionam ao fato de que se, por um lado, a internet figura como um espaço para o surgimento de novos sentidos e para o protagonismo de sujeitos antes marginalizados; por outro, ela não faz desaparecer as relações de poder e o *establishment*.

É nesse jogo que os sujeitos irão se colocar, conforme traz o próximo recorte:

R5 - A gente vai tá fazendo um mapeamento do Brasil, um retrato do Brasil feito pelos próprios protagonistas... eles não serão filmados por alguém de fora, eles vão se filmar (Célio Turino, Clip Cultura Digital em 5 minutos, 2006. In: Compêndio da Ação Cultura Digital, 2009)

A partir da divisão que se apresenta no recorte é possível observar o confronto entre as posições-sujeito no que tange ao papel do Estado/MinC frente às políticas público-culturais, pois, de um lado, em X, o Estado/MinC relega o retrato e o mapeamento do Brasil a outrem; de outro, em Y, proporciona aos próprios sujeitos a oportunidade de se retratarem e de se representarem. Um confronto que pode assim ser parafraseado: Estado/MinC não faz X ... faz Y; os sujeitos não são X (filmados) ... são Y (filmam); o mapeamento e retrato do Brasil não é X (feito por terceiros) ... é Y (feito pelos próprios sujeitos).

Esse funcionamento não aponta a insuficiência da perspectiva em X, vai além, pois a nega para colocar em cena outra, a Y. A divergência, então, é ainda mais forte entre as duas perspectivas, conservadora e progressista, demonstrando o modo como o MinC tem sua atuação reformulada a partir do governo/gestão de Lula/Gil, pois, se antes, desde sua criação e principalmente no governo/gestão FHC/Francisco Weffort, ele relegava ao mercado e à iniciativa privada o retrato e o mapeamento

do Brasil, conforme as três tristes tradições abordadas por Rubim (2008), agora busca proporcionar aos próprios sujeitos esse afazer, ofertando-lhes equipamentos para que isso possa ocorrer.

Esse funcionamento materializa ainda o modo como a FD-Governamental está numa relação de aliança com o discurso nacionalista e a forma como, ao irromper, a posição-sujeito progressista aciona esses saberes exteriores. A formulação “retrato do Brasil” é o rastro mais visível dessa relação interdiscursiva, pois remete para o que nos representa como brasileiros, para aquilo que nos constitui e define nossa cultura e identidade brasileiras.

Então, o sujeito enunciador, ao dizer que o Estado/MinC não mais fará um retrato do Brasil por outrem (sentidos em X), mas pelos próprios sujeitos retratados (sentidos em Y), permite observar que, na *posição-sujeito progressista*, reverberam saberes de cunho nacionalista, mais precisamente porque, conforme Oliven (2010), saberes nacionais são, geralmente, saberes populares que, num processo de transformação, tornam-se símbolos nacionais. Assim, retratar o Brasil pelos próprios sujeitos relaciona-se à existência de manifestações e práticas culturais-populares ainda adormecidas (conforme afirma Gil em seu discurso de posse), invisíveis e invisibilizadas, as quais são e/ou podem se tornar símbolos nacionais.

O enunciado dividido também permite observar os sentidos provenientes do discurso dos movimentos sociais, haja vista que sua luta é pela oportunidade de se representarem. Trata-se da diferença entre *discurso sobre* e *discurso de*, sendo que é pelo *discurso de* que esses sujeitos lutam, pela oportunidade de tomar a palavra. Então, a partir da *posição-sujeito progressista* (sentidos em Y), esse direito de falar parece ser reconhecido e promovido pelo Estado/MinC, solapando a ideia de que, para alguns, a palavra está garantida e, para outros, está negada. Resta saber, porém, de que forma o “retrato do Brasil” e a oportunidade de tomar a palavra ocorreram e/ou ainda ocorrerão.

*

O funcionamento discursivo analisado indica que a nomeação de Gil para presidir o MinC em 2003 e as políticas público-culturais que a partir

daí foram formuladas não estão desvinculadas do poder estatal, mas há uma mudança, uma transformação no seio da FD-Governamental. Quer dizer, a agitação nas fileiras de sentido não chega a instaurar um novo sítio de saberes. O que há, a partir do acontecimento histórico decorrente da reviravolta político-cultural, é um processo de descontinuidade de sentidos, de rachadura naquilo que já estava tão bem sedimentado, isto é, há um acontecimento enunciativo (Cfe. Indursky, 2003), que é o surgimento no âmbito da FD-Governamental da *posição-sujeito progressista*.

Nesta nova posição-sujeito, delineada pelos saberes em Y nos enunciados analisados, manifesta-se o desejo de mudança, de progresso com relação à maneira como a cultura, os sujeitos, as novas tecnologias e o papel do Estado/MinC estão já significados. E, em contraposição, encontramos a *posição-sujeito conservadora*, que se alinha aos saberes tradicionais, elitizados e oriundos da ideologia dominante, onde não há espaço para a circulação de outros sentidos que não os de cultura como belas artes e letras, restrita àqueles que possuem poder econômico e simbólico, e de sujeitos apenas como receptáculos, espectadores e consumidores de bens culturais.

Eis a relação que, há 20 anos, perpassa as políticas no âmbito do MinC, que, desde 2023, depois de um período em que o conservadorismo imperou, vem renascendo, colocando novamente a cultura, não sem contradições, em movimento.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

PAVAN, Paula Daniele. O acontecimento da/na cultura digital: os vinte anos do Programa Cultura Viva e os efeitos de sentido. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 101, n. 1, 2024. Disponível em:

<https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

ESCOBAR, Carlos Henrique. **Da categoria de cultura**: do Aparelho Cultural do Estado. Encontros com a Civilização Brasileira, v. 16, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

___. Lula Lá: estrutura e acontecimento. **Revista Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003.

___. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre, RS: Nova Prova, 2008. p. 09-33.

MORE, Thomas. [1516] **Utopia**. Centaur Editions – e-book Kindle, 2013.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

PAVAN, Paula Daniele. A cultura digital como acontecimento: movimentos na rede dos sentidos. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

PÊCHEUX, Michel. [1983] **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

___. [1975] **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

___. [1982] Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. P. *et al.* (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010. p. 55-66.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. **Intercom**. São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, jan./jun. 2008.